

ANGOLA



REVISÃO DA ESTRATÉGIA DE EMPREENDEDORISMO



© 2024, Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

Os resultados, interpretações e conclusões aqui expressos são da responsabilidade dos autores e não reflectem necessariamente as opiniões das Nações Unidas ou dos seus funcionários ou Estados-Membros.

As designações utilizadas e a apresentação do material em qualquer mapa desta obra não implicam a expressão de qualquer opinião por parte das Nações Unidas relativamente ao estatuto jurídico de qualquer país, território, cidade ou área ou das suas autoridades, ou relativamente à delimitação das suas fronteiras ou limites.

O relatório original foi produzido em inglês e uma versão não formal está disponível em português. Em caso de dúvida na interpretação, prevalecerá a versão em inglês.

A tradução ao português foi financiada pelo Programa Conjunto UE-CNUCED para Angola: Train for Trade II, financiado pela União Europeia. O texto foi traduzido por [Sr Carlos Fiuza]. Qualquer dúvida será tratada pelo tradutor, que assume a responsabilidade pela exatidão da tradução.

UNCTAD/TCS/DIAE/INF/2024/1

Índice

Lista de acrónimos	iv
I. Contexto.....	1
1.1. Contexto para uma estratégia nacional de empreendedorismo.....	1
1.2. O ecossistema empreendedor de Angola	3
1.3. Situação do empreendedorismo em Angola	6
II. Estratégia Nacional de Empreendedorismo	7
III. Plano de acção	11
Anexo I – Exemplo de indicadores para medir a eficácia das políticas de empreendedorismo.....	20
Anexo II – Estratégia Nacional de Empreendedorismo	21

Lista de acrónimos

AfCFTA	Zona de Comércio Livre Continental Africana
AIPEX	Agência para o Investimento Privado e a Promoção das Exportações
BDA	Banco de Desenvolvimento de Angola
BNA	Banco Nacional de Angola
CLESES	Centro Local de Serviços de Empreendedorismo e Emprego
CNUCED	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento
ENE	Estratégia Nacional de Empreendedorismo
FRACA	Fundo Activo de Capital de Risco Angolano
INAPEM	Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas
INEFOP	Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional
MAPTSS	Ministério da Administração Pública, do Trabalho e da Segurança Social
MASFAMU	Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher
MEP	Ministério da Economia e do Planeamento
MESCTI	Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação
MINAGRIF	Ministério da Agricultura e Florestas
MINDCOM	Ministério da Indústria e Comércio
MINJUD	Ministério da Juventude e Desportos
MINTTICS	Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social
MIREMPET	Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás
MJDH	Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
MPMEs	Micro, pequenas e médias empresas
PAC	Projecto de Acesso ao Crédito
PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional
PIB	Produto Interno Bruto
PRODESI	Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações
QPE	Quadro de Políticas de Empreendedorismo da CNUCED
SADC	Comunidade de Desenvolvimento da África Austral
EFTP	Ensino e formação técnica e profissional
ZEEs	Zonas Económicas Especiais

I. Contexto

O presente documento foi elaborado pela Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (CNUCED) no âmbito do programa conjunto TrainforTrade II UE-CNUCED para Angola, na sequência do pedido do Governo de Angola para prestar apoio na concepção de uma estratégia nacional de empreendedorismo (ENE) que terminou em 31 de Dezembro de 2023.

Este documento sobre intervenções prioritárias está em consonância com a Estratégia de desenvolvimento de longo prazo “Angola 2050” que fornece uma visão a longo prazo do futuro do país, incluindo a sua inserção no contexto internacional nas próximas décadas e com o Plano Nacional de Desenvolvimento de Angola 2023-2027. O presente documento deve ser lido em conjunto com o Relatório de mapeamento e avaliação do ecossistema empreendedor em Angola datado de 2020 e com o Relatório sobre o diálogo entre várias partes interessadas para a elaboração da política nacional de empreendedorismo de 2023, disponíveis nos anexos III e IV. Pode ser utilizado como base para consultas nacionais contínuas.

Os resultados foram apresentados com sucesso ao INAPEM e às partes interessadas envolvidas no ecossistema de empreendedorismo em Angola durante um webinar em Dezembro de 2023. O feedback recebido durante o webinar e os comentários adicionais, em conformidade com o âmbito do projeto, foram incluídos no documento agora concluído.

O Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) pode considerar a utilização destas intervenções prioritárias para contribuir para a agenda nacional de melhoramento do ambiente empresarial de Angola que visa uma economia diversificada e competitiva.

A CNUCED trabalhou em estreita colaboração com o INAPEM, que está sob a tutela do Ministério da Economia e Planeamento de Angola.

O INAPEM e a CNUCED agradecem a todas as partes que participaram no processo de consulta para conceber uma estratégia nacional de empreendedorismo.

1.1. Contexto para uma estratégia nacional de empreendedorismo

Em 2022, Angola era a oitava economia de África, com um PIB de 107 mil milhões de dólares.¹ É um país menos desenvolvido, cuja graduação está prevista para 2024, com uma economia caracterizada por uma elevada dependência dos sectores extractivos do petróleo e do gás.

O desempenho económico do país tem estado estreitamente ligado à procura e aos preços mundiais do petróleo, que flutuaram muito ao longo dos anos, colocando uma pressão importante sobre o desenvolvimento socioeconómico do país.

O Governo considera que o empreendedorismo é fundamental para o desenvolvimento do país e está a promovê-lo, o que levou a que nos últimos anos tenha crescido significativamente a percentagem da população adulta que considera o empreendedorismo como uma boa carreira. Apesar de o empreendedorismo e a diversificação económica ocuparem um lugar de destaque na agenda, os níveis de informalidade e do desemprego estão elevados – especialmente no que se refere aos grupos vulneráveis, como as mulheres e os jovens. Além disso, o impacto da pandemia da COVID-19 na economia, em especial na actividade empresarial, o apelo global a uma transição energética, as crises recorrentes e o clima de investimento internacional sublinham a exposição do país aos choques externos e influenciam o nível de resiliência das micro, pequenas e médias empresas (MPME).

¹ Banco Mundial, <https://data.worldbank.org/country/AO>

Embora existam várias características que tornam o ecossistema empreendedor angolano num ambiente estimulante para a actividade empresarial, existem ainda certos obstáculos que impedem o país de libertar todo o seu potencial empreendedor.

Angola ainda não desenvolveu uma estratégia nacional de empreendedorismo, no entanto, o país tem várias iniciativas em diferentes frentes com o objectivo de promover o empreendedorismo. Muitas destas iniciativas, nomeadamente as lideradas pelo governo angolano, são destacadas nos últimos Planos de Desenvolvimento Nacional (PDN) de 2018-2022 e 2023-2027², que se baseiam na estratégia “Angola 2050”.³ Estas iniciativas foram também apoiadas pelos esforços efectuados para criar um quadro institucional robusto e operacional.

A estratégia “Angola 2050” apresenta cinco eixos prioritários de desenvolvimento, nomeadamente (1) uma sociedade que valoriza e potencia o seu capital humano, com destaque para a educação e formação técnico-profissional (EFTP), saúde e juventude, (2) uma infra-estrutura moderna e competitiva, dando prioridade aos sectores da energia e água, mobilidade, habitação e telecomunicações, (3) uma economia diversificada e próspera, centrada na agricultura, pecuária, pescas, silvicultura, indústria, recursos minerais e turismo, (4) um ecossistema resiliente e sustentável, centrado no meio ambiente, na gestão dos recursos hídricos e na silvicultura, e (5) um país com igualdade de oportunidades, dando prioridade à justiça e aos direitos humanos, à defesa nacional, à protecção social, à igualdade do género e à inclusão social.

Após um amplo processo de consulta, o PDN 2023-2027 foi aprovado pelo Conselho de Ministros em Setembro de 2023 e materializa os objectivos estabelecidos na estratégia “Angola 2050” relacionados com a diversificação economia e o crescimento económico liderado pelo sector privado. Os principais pilares são o desenvolvimento do capital humano, a fim de melhorar os padrões de vida através do aumento do nível de qualificação e da oferta de mais e melhores oportunidades, e o aumento do nível de segurança alimentar com vista a uma dieta equilibrada, aumentar a produção nacional e o emprego, e também tornar o país menos dependente de países estrangeiros.

Para além destes pilares, o PDN proporciona um conjunto de sete filtros para acelerar o impacto do processo de desenvolvimento, entre os quais (a) a melhoria do ambiente empresarial para descongestionar e desmistificar o conceito do Estado como o maior empregador do país, (b) fomentar o empreendedorismo e (c) posicionar o sector privado como o principal motor do desenvolvimento económico. O PDN visa ainda o desenvolvimento transversal procurando impactar as comunidades vulneráveis, a igualdade de género e a juventude, entre outros.

Através do PDN, Angola pretende estabelecer um novo paradigma de desenvolvimento que coloca a capacitação das pessoas como o motor da transformação socioeconómica estrutural do país.

Por conseguinte, é fundamental que Angola desenvolva uma estratégia nacional de empreendedorismo **com uma visão de longo prazo, facilmente acessível na internet, que dê uma perspectiva e permita aos empreendedores planear e projectar as suas empresas no futuro.**

Esta estratégia ajudará a alinhar o desenvolvimento do empreendedorismo com outras melhorias a nível nacional no capital humano, na digitalização, nas infra-estruturas e nos transportes, que são fundamentais para desenvolver oportunidades e capacidades produtivas que possam contribuir para a diversificação económica.

A estratégia destina-se a clarificar e operacionalizar a forma como o empreendedorismo pode contribuir para os objectivos gerais de desenvolvimento nacional. Para que seja bem-sucedida, precisa de ser adaptada

² [https://www.mep.gov.ao/assets/indicadores/angola2050/20231030\(3\)_layout_Final_Angola_PDN%202023-2027-1.pdf](https://www.mep.gov.ao/assets/indicadores/angola2050/20231030(3)_layout_Final_Angola_PDN%202023-2027-1.pdf)

³ <https://www.mep.gov.ao/assets/indicadores/angola2050/angola2050-completa.pdf>

de acordo com as condições específicas de Angola, particularmente tendo em conta os seus desafios e oportunidades e responder às necessidades de diferentes tipos de empreendedores. A estratégia deve também indicar claramente a forma como contribui para libertar todo o potencial do empreendedorismo através de objectivos e prioridades, ser coerente com outras políticas nacionais, assegurar a aprendizagem política através da monitorização e da avaliação e ser acompanhada pelo reforço do quadro institucional. Por último, deve promover o desenvolvimento de competências empreendedoras, a inovação e a digitalização, para que as MPMEs e as startups tecnológicas se mantenham competitivas e possam crescer.

1.2. O ecossistema empreendedor de Angola

Um ecossistema empreendedor é composto por várias partes interessadas que desempenham ou poderão desempenhar um papel activo na facilitação do desenvolvimento do empreendedorismo. Neste sistema, as partes interessadas estabelecem relações mutuamente benéficas e auto-sustentáveis. A sua principal característica é o facto de serem ambientes propícios à criação de empreendimentos empresariais e inovadores.

As partes interessadas no ecossistema empreendedor angolano são instituições públicas, empresas privadas, instituições académicas de ensino superior, centros de ensino e formação técnica e profissional, entre outros. Na tabela 1, é apresentada uma lista de partes interessadas que, embora não seja exaustiva, representa uma amostra das partes interessadas que conseguiram ser activas e desenvolver o ecossistema empreendedor.

Quadro 1 – Lista de partes interessadas no ecossistema empreendedor angolano (não exaustiva)

MEP	O Ministério da Economia e Planeamento (MEP) é responsável pelo planeamento do desenvolvimento nacional, pela formulação de propostas e pela coordenação da implementação de políticas para o desenvolvimento da economia nacional e pela coordenação de acções no domínio da integração económica, da cooperação económica para o desenvolvimento e dos negócios internacionais. Através das suas agências INAPEM e AIPEX, o MEP lidera vários esforços para promover o desenvolvimento do sector privado e o empreendedorismo em Angola. No contexto do PDN, o MEP está também por detrás de iniciativas importantes para o empreendedorismo, como o Projecto de Acesso ao Crédito (PAC) e o Programa de Apoio à Produção, Diversificação das Exportações e Substituição de Importações (PRODESI).
INAPEM	O Instituto Nacional de Apoio às Micro, Pequenas e Médias Empresas (INAPEM) é o principal organismo público responsável pela implementação de políticas e estratégias destinadas a reforçar a capacidade e o financiamento das MPMEs. O INAPEM promove o trabalho em rede entre empreendedores, clientes e outras partes interessadas através de vários tipos de eventos, tais como seminários, exposições e fóruns. Além disso, tem um papel importante na promoção da inovação e do intercâmbio de tecnologia através das suas incubadoras, bem como na redução dos obstáculos para que os empreendedores tenham um acesso adequado ao financiamento.
AIPEX	A Agência de Investimento Privado e Promoção das Exportações (AIPEX) apoia o crescimento de uma economia diversificada e estável, através da promoção da produção nacional, substituição de importações, aumento e diversificação das exportações. A AIPEX organiza eventos, seminários, ajuda os empreendedores locais a participar em feiras e fóruns internacionais e celebra parcerias com outros países para facilitar a entrada de investimentos estrangeiros em Angola e a chegada das exportações angolanas aos mercados externos.
MASFAMU	O Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU) tem por missão conceber, propor e implementar políticas relativas aos grupos mais vulneráveis da população. Em grande medida, o MASFAMU tem apostado no empreendedorismo como meio para combater a pobreza, promover os direitos das mulheres e a igualdade de género.

MJDH	O Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos (MJDH) tem, através da sua rede de Balcões Únicos do Empreendedor (BUEs), possibilitado aos empreendedores a formalização das suas empresas e, em alguns casos, até o acesso ao crédito para iniciarem os seus negócios.
MINDCOM	O Ministério do Comércio (MINCO) e o Ministério da Indústria (MIND) são instituições fundamentais para a execução dos planos do Governo para o desenvolvimento económico a nível nacional. A partir de Abril de 2020, os dois ministérios foram fundidos para formar o Ministério da Indústria e do Comércio (MINDCOM), cujas competências parecem ser as mesmas dos ministérios anteriores, incluindo a elaboração, execução, supervisão e controlo da política comercial, com o objectivo de regular e disciplinar o exercício da actividade comercial, e em parceria com a UE e a CNUCED, oferecer seminários sobre empreendedorismo, como uma parte do programa Empretec da CNUCED. Além disso, cabe-lhe formular, conduzir, implementar, avaliar e monitorizar a política industrial do governo. É responsável por institutos-chave – por exemplo, o <i>Instituto Nacional de Inovação e Tecnologias Industriais</i> , o <i>Instituto Angolano de Propriedade Industrial</i> , entre outros – que têm o mandato de promover políticas de inovação.
MAPTSS & INEFOP	Centrado na implementação de políticas relacionadas com os regimes de segurança social, acção social, emprego, formação profissional e relações e condições de trabalho, o Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS) promoveu o empreendedorismo através do Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional (INEFOP). Este último tem ajudado a alargar o acesso à educação para o empreendedorismo através dos seus Centros Locais de Serviços de Empreendedorismo e Emprego (CLESEs). Estes são centros de formação profissional (EFTP) que fornecem formação técnica em várias especializações práticas, incluindo o empreendedorismo.
MESCTI	O Ministério do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação (MESCTI) é responsável por conceber, formular, executar, acompanhar, supervisionar e avaliar as políticas públicas e programas sectoriais relacionados com o ensino superior, ciência, tecnologia e inovação. Em colaboração com várias instituições académicas de ensino superior, tanto privadas como públicas, o MESCTI tem vindo a efectuar esforços para promover a educação para o empreendedorismo em Angola, quer através do desenvolvimento de currículos adequados, quer através de actividades extracurriculares. O ministério tem também promovido o aumento do número de incubadoras de empresas
MINJUD	O Ministério da Juventude e Desportos (MINJUD) lida com o desenvolvimento integral da juventude angolana, através da promoção da participação dos jovens em actividades sociais, culturais e económicas, incluindo o incentivo ao empreendedorismo. Também oferece cursos de formação, apoio financeiro e promoção de feiras, concursos e campanhas de sensibilização.
MINTTICS	A missão do Ministério das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social (MINTTICS) é promover o desenvolvimento socioeconómico de Angola através da utilização das tecnologias de informação e comunicação, o que inclui a utilização das novas tecnologias de informação para o acesso ao empreendedorismo e a aceleração da transformação digital dos negócios em Angola.
MINAGRIF	O Ministério da Agricultura e Florestas (MINAGRIF) é responsável por promover o desenvolvimento da agricultura e das florestas em Angola, contribuindo para o crescimento económico e social do país e, entre outras funções, apoia a formalização de empresas no sector agrícola, incentiva os jovens e as mulheres produtoras a aumentar o potencial do agronegócio no país e a introdução de inovação e tecnologia através dos programas "PDAC" e "PDAC Jovem".
MIREMPET	O Ministério dos Recursos Minerais, Petróleo e Gás (MIREMPET) promove o desenvolvimento sustentável dos recursos minerais, petrolíferos e de gás em Angola, contribuindo para a diversificação da economia, a redução da pobreza e a preservação do meio ambiente. Desempenha um papel importante na promoção do conteúdo local no sector, através do regime jurídico do conteúdo local, que cria oportunidades para os empresários angolanos que fornecem bens e serviços aos sectores dos recursos minerais, petróleo e gás.

BDA	O Banco de Desenvolvimento de Angola (BDA) é uma instituição financeira pública que presta assistência financeira e técnica às instituições públicas e ao sector privado. Ao longo dos anos tem criado várias linhas de crédito para apoiar os empreendedores, em linha com a estratégia do Governo e com iniciativas de outras instituições públicas, nomeadamente o MEP.
BNA	Embora o seu principal objectivo seja garantir a estabilidade dos preços e a solidez do sistema financeiro, o Banco Nacional de Angola (BNA) também tomou algumas medidas que tiveram impacto no ecossistema empreendedor. Por exemplo, o BNA tornou possível o enquadramento jurídico do Projecto de Apoio ao Crédito do MEP. Permiteu também a introdução de legislação para os micro-empreendedores e apoiou workshops, seminários e outros eventos. Em parceria com o MESCTI, criou o LISPA, uma incubadora de <i>fintechs</i> .
Sector Bancário	Em 2019, o sector bancário em Angola era composto por 26 instituições financeiras bancárias, das quais três são públicas, 17 são privadas nacionais e as restantes são sucursais ou filiais estrangeiras. Nove delas participam no PAC, uma iniciativa do Governo para financiar a actividade empresarial em condições mais favoráveis. ⁴ Existem ainda 109 instituições financeiras não bancárias, das quais 19 são sociedades de microcrédito e duas são cooperativas de microcrédito.
Comissão do Mercado de Capitais	A Comissão do Mercado de Capitais em Angola é uma alternativa aos bancos para os empreendedores que procuram financiar os seus projectos e empresas. A comissão é activa na promoção do empreendedorismo, do papel dos investidores e dos empresários e da literacia financeira.
FACRA	O Fundo Activo de Capital de Risco Angolano é o fundo público angolano de capital de risco, criado por decreto presidencial, que se concentra no apoio às PME através de investimentos financeiros a longo prazo. Tem também uma abordagem prática aos seus beneficiários e orienta-os na definição de objectivos estratégicos, na estruturação financeira e até na expansão internacional.
Acelera Angola	A Acelera Angola actua em várias frentes do ecossistema empreendedor em Angola, como incubação, organização de eventos, promoção de redes e espaços de trabalho. Tem desempenhado um papel importante na discussão com o Governo sobre como melhorar as condições para o empreendedorismo.
Incuba Angola	A Incuba Angola é uma incubadora focada em startups tecnológicas, bem como em PMEs que actuam em sectores mais tradicionais. Oferece também serviços de consultoria e cursos de curta duração sobre empreendedorismo e gestão empresarial para empresas não incubadas
Bantu Makers	A Bantu Makers é uma incubadora focada em startups que criam soluções tecnológicas para o mercado angolano. Para além do apoio directo em termos de investimento que dá às startups, a Bantu Makers tem um forte compromisso em melhorar o ecossistema empreendedor através de eventos como sessões de mentoria e seminários
Orange Corners	Esta iniciativa do tipo incubadora, liderada pelos Países Baixos, proporciona aos empreendedores universitários formação, orientação, redes, financiamento e instalações para iniciarem e desenvolverem as suas empresas
SoftCenter	A SoftCenter é outra incubadora de startups. Criada pela empresa de telecomunicações NetOne, oferece um espaço de <i>coworking</i> e lançou o <i>SoftCenter Pitch</i> , um concurso de <i>pitches</i> para startups tecnológicas que desenvolvem aplicações e sistemas de software.
KiandaHub	A KiandaHub oferece espaço de <i>coworking</i> , serviços de consultoria para startups e promove eventos para a comunidade angolana de startups e tecnologia.

⁴ Banco Angolano de Investimentos, Banco Fomento Agora, Banco Internacional de Crédito, Standard Bank, Banco Millenium Atlântico, Banco Negócios Internacional, Banco Comercial do Huambo, Banco de Comércio e Indústria, Banco de Poupança e Crédito.

Founder Institute	A FILuanda é uma incubadora e aceleradora que faz parte da Rede Global do Founder Institute, uma incubadora de empresas americana. Oferece formação em empreendedorismo e um programa de arranque para empreendedores tecnológicos e inovadores.
Fábrica de Sabão	Centro de educação e inovação que promove a educação, a criatividade e o empreendedorismo. Inclui uma incubadora e uma aceleradora que oferece espaço de trabalho e <i>makerspace</i> e uma plataforma de intercâmbio
Disruption Lab	Este é um espaço de <i>coworking</i> e incubadora de startups localizada em Luanda para criar um espaço que promovesse a inovação e o empreendedorismo.
Confederação Empresarial de Angola	Criada com o objectivo de reforçar o diálogo entre o Governo e o sector privado, a confederação é uma entidade coordenadora que representa mais de 50 associações empresariais e cooperativas em Angola. Alguns dos seus membros incluem a Federação das Mulheres Empreendedoras de Angola e o Conselho Empresarial Juvenil de Angola.
Associação Angolana de Startups e Empreendedorismo Digital	É uma organização sem fins lucrativos que promove o desenvolvimento de startups e o empreendedorismo digital em Angola.
Câmara de Comércio e Indústria de Angola	Representando mais de 3.000 empresas em vários sectores da economia, a Câmara de Comércio e Indústria tem sido um interveniente activo na promoção da actividade económica no país desde a sua fundação. Para além da realização de eventos e do estabelecimento de parcerias em todo o mundo com instituições similares que possam beneficiar os seus membros, também oferece formação em gestão de empresas e outras competências necessárias à actividade empresarial.
Comunidade Internacional	A comunidade internacional também tem estado envolvida na promoção do empreendedorismo, muitas vezes em parceria com o Governo de Angola. A União Europeia, os Países Baixos, a França (através da sua <i>Agence Française de Développement</i>), os Estados Unidos, a República da Coreia do Sul, o Banco Mundial, agências, fundos e programas da ONU, a Corporação Financeira Internacional, o Banco Africano de Desenvolvimento, entre outros, têm investido no empreendedorismo em Angola, quer através de programas e projectos directos, quer através de financiamento.

É importante notar que, para além daquelas desenvolvidas pelo Ministério da Economia e Planeamento, as políticas dos Ministérios da Indústria e Comércio, da Justiça e dos Direitos Humanos, da Administração Pública, do Trabalho e Segurança Social, do Ensino Superior, Ciência, Tecnologia e Inovação, e das Telecomunicações, Tecnologias de Informação e Comunicação Social têm um impacto indirecto no ecossistema empreendedor. A coerência com a estratégia “Angola 2050”, o PDN e outras políticas nacionais é, por conseguinte, crucial.

1.3. Situação do empreendedorismo em Angola

O panorama do empreendedorismo em Angola é vasto e foi documentado no Relatório de mapeamento e avaliação do ecossistema empreendedor em Angola, incluído no Anexo II.

Existem muitos tipos diferentes de empreendedores, cada um com necessidades diferentes. É importante que estas diferenças sejam abordadas na estratégia nacional de empreendedorismo, a fim de garantir o êxito na sua implementação. É igualmente importante compreender que as necessidades dos empreendedores, das MPMEs e das startups situadas nas zonas urbanas são diferentes das necessidades das situadas nas zonas rurais.

A aparente recuperação económica de Angola nos últimos anos não parece ter proporcionado ainda oportunidades de emprego suficientes. Em 2022, 30,2 por cento da população economicamente activa, com idade igual ou superior a 15 anos, estava desempregada, sendo as populações urbanas e jovens as mais afectadas por esta situação.⁵

As disparidades entre as zonas urbanas e rurais são ainda maiores se tivermos em conta o género. Enquanto 14,1 por cento das mulheres economicamente activas nas zonas rurais estão desempregadas, este valor atinge 41,6 por cento nas zonas urbanas. Os homens economicamente activos também têm taxas de desemprego mais baixas nas zonas rurais do que os seus homólogos nas zonas urbanas, mas a diferença diminui para 21,8 pontos percentuais.

Uma grande maioria da força de trabalho está empregada na economia informal e foi sugerido que a informalidade nos últimos anos pode ter atingido um terço do PIB total de Angola.⁶ Em 2022, 79,9 por cento da população economicamente activa estava empregada na economia informal.⁷

II. Estratégia Nacional de Empreendedorismo

A estratégia nacional para o empreendedorismo irá:

- Servir como um quadro estratégico para fomentar e promover o empreendedorismo em Angola
- Tornar-se uma agenda nacional abrangente que reforça e apoia o espírito empreendedor, especialmente entre os jovens
- Materializar um quadro integrado que proporcione uma coordenação estruturada para todos os actores chave do ecossistema empreendedor, promovendo uma abordagem “whole of a government” e a coordenação com o sector privado, que poderá ser complementada pela definição de um mecanismo de governação

A estratégia decorre e deve manter sempre a congruência com o Plano Nacional de Desenvolvimento que o Governo pretende implementar nos próximos anos. Desenvolve objectivos estratégicos na área da promoção do espírito empresarial e concebe medidas políticas concretas a implementar.

Neste contexto, é fundamental que os empresários sejam segmentados de acordo com as diferentes tipologias, dimensões e fases das suas empresas, para que seja possível conceber um apoio adaptado às suas necessidades reais, evitando abordagens homogêneas pouco desenvolvidas.

A coordenação e a coerência são essenciais para se obter um impacto positivo, beneficiar das sinergias destas políticas e maximizar o crescimento económico e social que elas podem proporcionar. Para tal, é necessária uma abordagem por parte de todas as instâncias governativas, com um forte empenho ao nível ministerial e uma coordenação entre os ministérios, em parceria com o sector privado e outras partes interessadas da sociedade civil, incluindo o meio académico, as ONG e as organizações comunitárias. Num ecossistema empreendedor eficaz, vários intervenientes contribuem para facilitar o empreendedorismo. Trata-se de um sistema de relações mutuamente benéficas e auto-sustentáveis que envolve instituições, pessoas e processos que trabalham em conjunto com o objectivo de criar um ecossistema empreendedor. Inclui decisores políticos, empresas, investidores, instituições de ensino, redes sociais e outros actores da sociedade civil.

⁵ De acordo com a metodologia do INE, os indivíduos considerados economicamente ativos são aqueles com idade igual ou superior a 15 anos que estão empregados ou disponíveis para o emprego e que procuraram activamente trabalho.

⁶ Ibid.

⁷ Inquérito ao Emprego em Angola. Indicadores sobre Emprego e Desemprego. Relatório anual 2022, INE (2023) https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados//Carregados/Publicacao_638253195047780891.pdf

O Quadro de Políticas de Empreendedorismo (QPE) da CNUCED foi utilizado como base para (1) o Mapeamento e a avaliação do ecossistema empreendedor em Angola, (2) as consultas realizadas com os principais actores envolvidos no desenvolvimento do empreendedorismo em 2020 e 2023 e (3) o Relatório sobre o diálogo entre várias partes interessadas para a elaboração da Estratégia Nacional de Empreendedorismo, com objectivo de identificar áreas de incidência para fazer avançar a agenda do empreendedorismo em Angola e permitir que o país melhore o seu ambiente empresarial e seja competitivo no mercado global, ver Anexo II.

Em resultado deste trabalho, foram identificadas áreas prioritárias e integradas na estratégia nacional de empreendedorismo, que constitui um documento orientador para ajudar o país a fomentar um ecossistema empreendedor resiliente, contribuindo significativamente para uma economia diversificada e competitiva.

A estratégia contém um plano de acção com actividades sugeridas que apela a todos as partes interessadas, públicas e privadas, para colaborarem no sentido de ajudar Angola a alcançar esta visão. É precedido de uma proposta de visão, missão e objectivos estratégicos ligados à estratégia Angola 2050, ao PDN 2023-2027 e aos relatórios constantes dos anexos III e IV.

Visão

Fomentar um ecossistema empreendedor resiliente, contribuindo significativamente para uma economia diversificada e próspera.

Missão

Estimular a criação e o crescimento de micro, pequenas e médias empresas e startups por meio de um quadro propício de políticas, promovendo uma cultura de empreendedorismo e oportunidades empresariais.

Princípios orientadores da aplicação da estratégia

Sugere-se que a implementação da ENE possa ser orientada pelos seguintes princípios:

- ✓ Coerência das políticas a nível nacional e regional
- ✓ Definição de uma visão a longo prazo para a promoção do empreendedorismo
- ✓ Responder às necessidades dos diferentes tipos de empresários, uma vez que não existe um “modelo único” para todos. As medidas e os pacotes devem ser adaptados às necessidades específicas dos empresários motivados pelas necessidades e pelas oportunidades, dos empresários formais e informais, das MPME e das start-ups tecnológicas, na fase inicial ou em fase após do arranque, e dos grupos vulneráveis, como as mulheres, os jovens e as pessoas com deficiência
- ✓ Estabelecer uma abordagem sistemática da reforma regulamentar para reduzir a burocracia e melhorar o ambiente empresarial em torno do ecossistema nacional de empreendedorismo
- ✓ Promover o acesso ao financiamento
- ✓ Simplificar regulamentos, regras e procedimentos facilmente acessíveis aos empreendedores, de preferência numa plataforma em linha centralizada e em centros de desenvolvimento empresarial - especialmente em áreas com baixa penetração da Internet e elevada iliteracia
- ✓ Criação de ferramentas de facilitação de negócios em linha
- ✓ Promoção de iniciativas de parcerias público-privadas
- ✓ Criação de programas curriculares sobre empreendedorismo para desenvolver o capital humano
- ✓ Promoção do comércio intra e inter-regional para tirar partido do Acordo de Comércio Livre Continental Africano
- ✓ Promoção de um crescimento socialmente inclusivo e ambientalmente sustentável

- ✓ Facilitar a criação de plataformas a nível regional, para promover o investimento privado, para além de serviços públicos de apoio de elevada qualidade, como motores do desenvolvimento do empreendedorismo

Objectivos estratégicos

Os objectivos estratégicos foram identificados através de um mecanismo de consulta (ver anexos III e IV) e abordam as barreiras críticas para a promoção do empreendedorismo e para o desenvolvimento das MPMEs e das startups tecnológicas em Angola. Podem ser implementados pelo MEP e pelo INAPEM em colaboração com outros ministérios e partes interessadas, conforme ao mencionado no quadro 1.

As intervenções prioritárias centram-se num conjunto de objectivos específicos, que o MEP e o INAPEM poderão prosseguir para contribuir para a estratégia “Angola 2050” e para o PDN 2023-2027.



Aumento do número de novas MPMEs e startups, bem como do número de empresas que ganham escala – O panorama angolano registou um aumento significativo da actividade empresarial nos últimos anos, mas concentrou-se sobretudo em empreendimentos em fase inicial. A ENE pode apoiar esta actividade inicial, facilitando a criação de empresas. Pode também ajudar a aumentar o número de MPMEs e startups que ultrapassam a fase de arranque e ganham escala, por exemplo, facilitando o acesso ao financiamento, aos mercados e às redes. Estas últimas são importantes para o desenvolvimento socioeconómico, uma vez que contribuem para as receitas fiscais, a inovação, a democratização das tecnologias e a criação de emprego, incluindo para os grupos vulneráveis. O número total de MPMEs formais e startups reflecte a mentalidade empreendedora do país e o nível de facilidade de fazer negócios.

Aumento da capacidade empreendedora e das competências de gestão nas empresas informais – O sector informal em Angola abrange cerca de 33 por cento de todas as empresas do país.⁸ Caracteriza-se por microempresas de pequena escala e de baixa produtividade e baixo valor acrescentado. A economia informal é frequentemente a única oportunidade para os membros não qualificados de grupos vulneráveis sustentarem-se. Como os seus empreendimentos não estão formalmente registados, os empreendedores informais têm dificuldade em crescer, uma vez que tendem a ter poucas competências empreendedoras, acesso restrito ao financiamento, aos mercados e aos serviços públicos.

Aumento do nível de inovação e uso de tecnologias – O empreendedorismo, a tecnologia e a inovação apoiam-se mutuamente. A tecnologia fornece aos empreendedores novas ferramentas para melhorar a produtividade e a competitividade das suas empresas, com novas plataformas sobre as quais podem construir os seus empreendimentos, comercializar os seus produtos/serviços ou desenvolver novos modelos de negócio. Por sua vez, os empreendedores podem promover a inovação, adaptando as soluções existentes aos mercados locais ou mesmo criando novos produtos e serviços. A sensibilização

⁸ Relatório dos resultados do recenseamento de empresas e estabelecimentos REMPE-2019, <https://www.ine.gov.ao/publicacoes/detalhes/MTEyNzk%3D>

para as oportunidades de aplicação de novas tecnologias e ferramentas digitais pode abrir novas janelas de oportunidade para todos os tipos de empreendedores. O reforço dos laços entre o sector privado, as instituições de ensino superior e os centros de investigação é fundamental para apoiar o crescimento dos sistemas nacionais de inovação.⁹

Aumento do número de empresas que participam nas cadeias de valor – De acordo com a visão de Angola de ter uma economia diversificada e próspera, é necessário reforçar as capacidades produtivas em vários sectores identificados pelo Governo que possam ajudar a estimular a criação de empresas nacionais e a sua participação nas cadeias de valor, o que, por sua vez, pode levar a um aumento do valor acrescentado das exportações e a uma inserção mais equilibrada da economia angolana no comércio internacional e nas cadeias de valor globais. No domínio do desenvolvimento do capital humano, o reforço das competências empreendedoras é uma componente fundamental, na medida em que permitirá melhorar o acesso ao financiamento e aumentar a absorção de tecnologia pelas empresas nacionais. Além disso, a utilização estratégica de zonas económicas especiais (ZEE) pode constituir uma plataforma oportuna para ligar o comércio internacional ao desenvolvimento do empreendedorismo¹⁰. Os parques industriais e a concentração geográfica da indústria (cluster) podem contribuir para criar oportunidades e melhorar as competências e a actualização tecnológica das empresas locais.

Aumento do número de mulheres e jovens empreendedores – Angola tem uma percentagem desproporcionada de mulheres desempregadas em relação aos homens, em particular nas zonas urbanas, sendo que muitas delas trabalham no sector informal. O impacto económico e social associado a esta situação é elevado, com uma perda de rendimentos que, em termos gerais, pode atingir quase um terço do PIB do país. As oportunidades de emprego são também insuficientes para a população jovem que entra anualmente no mercado de trabalho. O empreendedorismo, quando apoiado correctamente, pode constituir uma opção promissora para este segmento da população. Ambos os grupos vulneráveis têm os seus próprios desafios em relação ao acesso à educação, ao financiamento, aos mercados e às redes, que devem ser abordados para que o empreendedorismo se torne um vector de inclusão e de oportunidades. A estratégia de longo prazo Angola 2050 e o PDN 2023-2027 identificaram sectores estratégicos que são apresentados no Quadro 2. A ENE pode ser o ponto de partida para desenvolver planos directores sectoriais com vista à promoção do empreendedorismo em cada um deles, de acordo com as prioridades nacionais.

Quadro 2 - Sectores estratégicos identificados na estratégia de longo prazo Angola 2050

Agricultura	Aumentar a área cultivada e a produtividade (3,1 milhões de famílias dependem desta atividade), nomeadamente através da promoção da investigação e desenvolvimento e da digitalização. Angola utiliza atualmente pouco mais de 10 por cento do total de terras com potencial agrícola.
Pescas	Promover o crescimento para uma "Economia Azul"; atrair investimentos para desenvolver a aquacultura continental e marinha e o processamento de peixe; quase 99 por cento das águas superficiais angolanas disponíveis para a aquacultura continental não são atualmente utilizadas.
Recursos geológicos e mineração	Iniciar a produção de rochas ornamentais, ouro, ferro, cobre, minerais raros, alcalino-carbonatitos e fosfatos. Desenvolver cadeias de valor nacionais e retenção de valor, incluindo a refinação de metais preciosos, a transformação de rochas ornamentais, a joalheria de conteúdo local, a capacidade de corte de diamantes e a indústria siderúrgica.
Indústria	Concentrar-se em três áreas que apresentam vantagens competitivas: em primeiro lugar, as indústrias baseadas nos recursos naturais - como a petroquímica, a metalurgia ferrosa e o cimento -; em segundo lugar, a agroindústria; e, em terceiro lugar, a indústria ligeira de mão de obra intensiva que pode empregar uma população jovem, como o vestuário e os têxteis.

⁹ Para exemplos de ligações entre as instituições de investigação e educação e os empreendedores consultar a publicação "Urban expansion, an entrepreneur's playground" (UNCTAD, 2022), disponível em <https://unctad.org/publication/urban-expansion-entrepreneurs-playground>

¹⁰ Consultar "Promoting MSME development and Entrepreneurship in and around Special Economic Zones in Africa" UNCTAD (2023), disponível em <https://unctad.org/publication/promoting-msme-development-and-entrepreneurship-and-around-special-economic-zones>

Integração comercial	Apoiar o crescimento e a eficiência dos sectores produtivos, otimizando as cadeias de valor nacionais; criando agregadores no sector agrícola e expandindo as plataformas logísticas; dinamizando as ZEEs; avançando na integração com os países vizinhos, assumindo um papel ativo nos acordos comerciais regionais, nomeadamente a SADC e a AfCFTA; impulsionando o comércio eletrónico; formalizando o sector para apoiar o crescimento sustentável, criando concessões para os mercados, promovendo as plataformas digitais e o dinheiro móvel (<i>mobile money</i>).
Turismo	Desenvolver o turismo interno e as infra-estruturas nas áreas próximas dos principais centros urbanos e económicos do país, para depois expandir para os mercados dos países vizinhos e para o turismo internacional de grande escala a médio e longo prazo. Concentrar-se nos sectores com maior potencial de crescimento: turismo natural sustentável (e turismo associado de sol e mar) e turismo de aventura.
Petróleo e gás	Alinhar o sector petrolífero com os objectivos da transição energética global, promovendo a descarbonização das tecnologias e dos métodos de extração, incentivando o investimento em carteiras de energia verde, apoiando o desenvolvimento do gás e do sector a jusante, como a refinação e a petroquímica

III. Plano de acção

Execução, controlo e avaliação

A formulação do presente documento para a Estratégia Nacional de Empreendedorismo foi desenvolvida a pedido do Governo de Angola, no âmbito do quadro de políticas de empreendedorismo da CNUCED, que reconhece a necessidade de um ecossistema de empreendedorismo robusto.

A estratégia é abrangente e fornece uma visão de longo prazo, permitindo às MPMEs e às startups projectarem-se no futuro. Está em consonância com a estratégia “Angola 2050” e com o PDN 2023-2027, apoiando-se assim nos esforços envidados pelo Governo de Angola para melhorar o ambiente empresarial com vista a uma economia diversificada e próspera.

Tal como já foi referido, a coordenação e a coerência entre os ministérios, departamentos e outras partes interessadas envolvidas no ecossistema empreendedor serão necessárias para implementar as iniciativas propostas.

Pode ser criado um Conselho Nacional, com a participação do sector privado, para assumir a responsabilidade pela coordenação da Estratégia Nacional de Empreendedorismo e do seu plano de acção.

Além disso, o desenvolvimento de um plano de monitorização com indicadores de desempenho claros pode ser útil para medir os progressos e monitorizar o impacto das medidas. Uma análise anual do estado do empreendedorismo em Angola pode ser efectuada por um conselho nacional, podendo ser programadas revisões intercalares com base em rotinas independentes de monitorização e avaliação. Esta informação contribuirá para o aperfeiçoamento das políticas e, quando necessário, para acções correctivas. O Anexo I apresenta um exemplo de um plano de acompanhamento com indicadores para medir a eficácia das políticas de empreendedorismo.

Além disso, podem realizar-se jornadas estratégicas locais e nacionais sobre a ENE com a participação das partes interessadas do ecossistema empreendedor de Angola, com o objetivo de incentivar a coordenação de parcerias significativas entre todos os envolvidos no desenvolvimento do ecossistema empreendedor.

O quadro do plano de ação no quadro 3 introduz os eixos e pilares fundamentais para proporcionar uma abordagem mais integrada e coordenada ao desenvolvimento do empreendedorismo em Angola.

Quadro 3 – Plano de acção

Áreas prioritárias	Lacunas identificadas no processo de consulta	Acções identificadas	Partes interessadas e instituições de apoio	Domínios de intervenção
<p>Aumento do número de novas MPMEs e de startups e do número que ganham escala</p>	<ul style="list-style-type: none"> Incoerência nos regulamentos e regras entre zonas urbanas e rurais Cobertura insuficiente das necessidades dos diferentes tipos de empreendedores no sistema regulamentar Existência de obstáculos regulamentares à criação de empresas Dificuldade de acesso aos regulamentos, inexistência de uma plataforma on-line Falta de confiança no sistema regulamentar Inexistência de um órgão administrativo do Estado directo ou indirecto que monitorize as iniciativas regulamentares relacionadas com as startups Oportunidades limitadas de aprendizagem contínua para formadores e empreendedores Falta de serviços de aconselhamento aos empreendedores para que possam cumprir os requisitos regulamentares Inexistência e demora nos procedimentos de aplicação de legislação, de incumprimento dos contractos e da protecção dos direitos de propriedade intelectual Excessiva carga fiscal sobre as MPMEs A falta de cultura empreendedora em relação à falência Baixo nível de qualidade dos programas curriculares de empreendedorismo Falta de novas abordagens à educação para o empreendedorismo Processo de consulta limitada e não institucionalizada entre o sector público e privado sobre o ambiente regulamentar Falta de exposição dos estudantes a exemplos práticos de empresas locais e a casos de empresas (bem-sucedidas) e as metodologias de “formação em competências” Elevada burocracia dificulta o acesso aos serviços financeiros do sector bancário Clima de investimento fraco, mercados financeiros limitados, são a causa do não financiamento dos projectos, da falta de soluções financeiras adaptadas as necessidades sectoriais e ausência de uma base mais ampla de operadores financeiros Baixa percentagem de titulares de contas bancária (em 2020 menos de um terço da população tinha uma conta bancária e cerca de 18% das PME tinham acesso ao financiamento através dela) 	<p><i>Análise dos requisitos regulamentares para a criação de empresas</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Avaliar o processo administrativo de criação de uma empresa (PDN 41.4.1) <p><i>Eliminação dos obstáculos regulamentares à criação de empresas</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Uniformizar e simplificar os requisitos regulamentares e os procedimentos burocráticos, incluindo a descentralização das regiões (PDN 41.4.1.10, 41.4.1.11, 40.1.1.10, , 17.2.1.6) Introduzir procedimentos sistemáticos para rever e racionalizar os requisitos de criação de empresas em termos de número de licenças, procedimentos e taxas administrativas (PDN 41.4.1, 41.4.1.8, 40.1.1.8) Estabelecer um corpo consultivo entre o sector público e privado para monitorizar reformas, permitindo um diálogo permanente (PDN 41.4.1.7, 41.4.1.8) Introduzir mecanismos rápidos por meio de eliminar obstáculos e reduzir os atrasos (PDN 41.4.1.1) Introduzir incentivos fiscais para ajudar as MPMEs nos primeiros anos de existência (PDN 40.1.1.6) Reforçar os balcões únicos, físicos e virtuais, com serviços adaptados ao sector e ao tamanho das empresas, incluindo os procedimentos de registo online (por exemplo, apoiando-se no programa Online Business Registration da CNUCED) (PDN 41.4.1.3, 41.4.1.4, 40.1.1.10) <p><i>Aumentar a confiança dos empresários no quadro regulamentar</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Reforçar a aplicação e o cumprimento da regulamentação (PDN 41.4.1) Garantir um acesso fácil as informações regulamentares actualizadas, incluindo prazos de entrega, através de plataforma offline e on-line (PDN 41.4.1, 17.2.1.2, 17.2.1.6) Criar tutoriais para os empreendedores sobre a forma de cumprir a regulamentação (PDN 41.4.1) Acelerar os procedimentos de aplicação relativos a pequenos incumprimentos contratuais entre as empresas e o Estado (PDN 41.4.1) 	<p>INAPEM, MEP, MJDH, Gabinete de direitos propriedade intelectual, Câmara de Comércio, Confederação Empresarial de Angola, Acelera Angola, com contributos dos ministérios envolvidos nos sectores em que operam as MPMEs e as startups, balcões únicos, sector financeiro</p>	<p>Optimização do quadro regulamentar</p>

Áreas prioritárias	Lacunas identificadas no processo de consulta	Acções identificadas	Partes interessadas e instituições de apoio	Domínios de intervenção
	<ul style="list-style-type: none"> Falta de mentalidade empreendedora e de compreensão no sector financeiro angolano, com o capital de risco (CR) a afastar-se das empresas locais Preparação e formação insuficiente dos empreendedores e os financiadores para gestão financeira das empresas Fraca introdução nos sistemas educacionais de disciplinas sobre empreendedorismo e de literacia financeira Pouca sensibilização da importância do papel do empreendedorismo no desenvolvimento económico nacional Redes de empreendedorismo insuficientes Ausência de actividades para incentivar e promover o empreendedorismo Apoio institucional insuficiente Poucas acções de sensibilização sobre novas oportunidades de negócio em consonância com o desenvolvimento sectorial prioritários Fraca promoção das empresas angolanas nos mercados nacionais e internacionais Fraco compromisso das instituições públicas para criar e apoiar redes empresariais 	<ul style="list-style-type: none"> Reforçar as medidas jurídicas relativas aos incumprimentos de pequenos compromissos contratuais (PDN 41.4.1) Tornar os mecanismos de resolução de disputas mais acessíveis para as MPMEs (PDN 41.4.1) Desburocratizar os processos relacionados com a insolvência, estabelecer mecanismos que simplifiquem e acelerem o processo de litígio, reforçar a protecção dos investidores (PDN 41.2.3.14) Promover uma mentalidade empreendedora, incluindo através da redução do estigma da falência e facilitando o recomeço do empreendedor (PDN 17.2.1, 41.4.1) <p><i>Aumentar a efectividade do ensino do empreendedorismo nos sistemas de educação formal e informal</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Fazer um balanço dos programas curriculares sobre o empreendedorismo (a nível nacional e regional, nos programas nacionais de ensino e incluindo o envolvimento, por exemplo, de empresas, ONG, fundações e agências governamentais) e do seu impacto (PDN 13.2.3.2, 12.4.1.7) Elaborar um quadro nacional para a educação e formação em empreendedorismo (PDN 12.4.1.7) Introduzir o desenvolvimento de uma mentalidade empreendedora em todos os níveis de educação (PDN 12.4.1.7) Conceber programas curriculares adaptáveis e flexíveis com uma estratégia inclusiva para as diversas necessidades dos diferentes tipos de empreendedores tendo em conta a diversidade cultural e as características de cada região (PDN 41.1.2.3, 12.4.1.7) Criar pontes entre a educação para o empreendedorismo e a formação de competências, como por exemplo o programa Empretec, estágios, aprendizagens, visitas de estudo (PDN 12.4.1.7, 41.1.2.1) Criar incentivos para que as empresas, incubadoras e aceleradoras participem e contribuam para a melhoria e actualização dos currículos, programas de estágio, actividades e concursos (PDN 12.4.1.7, 41.1.3.4) Permitir a aprendizagem contínua dos formadores com casos reais recentes e a criação de redes de professores do empreendedorismo nas universidades (PDN 12.4.1) 	<p>INAPEM, Ministério de Indústria e Comércio, INE, MESCTI, AIPEX, INEFOP, universidades, incubadoras, aceleradoras, centro Empretec, incluindo a participação dos ministérios cujos sectores são abrangidos</p>	<p>Educação e desenvolvimento de competências</p>

Áreas prioritárias	Lacunas identificadas no processo de consulta	Acções identificadas	Partes interessadas e instituições de apoio	Domínios de intervenção
		<ul style="list-style-type: none"> • Incentivar redes e serviços de mentoria e aconselhamento, como por exemplo a plataforma da Empretec “The Square for Global Goals” (PDN 16.1.1.2) <p><i>Melhorar o acesso ao financiamento em condições adequadas</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Avaliar os serviços financeiros disponíveis no país e a forma como satisfazem as necessidades dos diferentes segmentos de empreendedores (PDN 41.2) • Criar regulações que supervisionem as assimetrias nos mercados financeiros (PDN 41.2) • Simplificar os procedimentos burocráticos e os requisitos de documentação para aceder ao financiamento (PDN 41.1.2.2, 41.2.1) • Promover os serviços financeiros tradicionais e novos serviços financeiros, como por exemplo as Fintech, bem como o financiamento da cadeia de abastecimento e as garantias de crédito público para financiar as empresas em diferentes níveis de maturidade (PDN 17.2.1.3, 17.2.1.5, 41.2.1, 41.2.2, 41.2.3, 26.7.1.2) <p><i>Reforçar a capacidade do sector financeiro para servir as startups</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Promover a especialização das instituições financeiras para apoiar as empresas até à sua maturidade (PDN 41.2.1, 41.2.3) • Para as zonas rurais, pode ser reforçado o crédito de proximidade, que também pode ajudar no reforço das capacidades (formação, auditoria) (PDN 41.2, 41.2.2.2) <p><i>Fornecer formação em literacia financeira aos empreendedores</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Aumentar a formação em literacia financeira e contabilidade (PDN 41.2.2.2, 41.2.2.4, 17.2.1.7) • Promover a divulgação de módulos sobre literacia financeira e empreendedorismo em todos os níveis de ensino (PDN 41.1.2.1) • Incentivar a criação de incubadoras para monitorizar e apoiar a gestão financeira das empresas em primeiras fases (PDN 41.1.3.1, 41.1.3.2, 16.1.1.2) 	<p>INAPEM, Banco de Desenvolvimento de Angola, Banco Nacional de Angola, Fintechs, AIPEX, sector bancário</p>	<p>Acesso ao financiamento</p>

Áreas prioritárias	Lacunas identificadas no processo de consulta	Acções identificadas	Partes interessadas e instituições de apoio	Domínios de intervenção
		<p><i>Promover o valor do espírito empreendedor para a sociedade</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Incentivar as plataformas de intercâmbio entre empresas (incluindo entre empresários do mesmo sector de actividade ou da mesma zona geográfica, ou vinculando empreendedores rurais e urbanos para estabelecer ligações), portais de empresas, feiras, associações e clubes empresariais (PDN 17.2.1. 6, 17.2.1.4) • Organizar regularmente concursos nacionais de empreendedorismo em cada subsistema de ensino e a nível local e provincial • Celebrar publicamente os exemplos de empreendedorismo bem-sucedido • Criar um fundo nacional para promover a cultura do empreendedorismo, subsidiando a literatura sobre casos de sucesso empresarial • Oferecer regimes de apoio às empresas (impostos mais baixos na fase inicial, espaço de escritório gratuito, para citar alguns exemplos) (PDN 40.1.1.6) <p><i>Promover oportunidades de empreendedorismo</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar uma entidade nacional para a promoção do empreendedorismo para programas de apoio à formação de empreendedores, promover a sensibilização e a criação de redes nos ecossistemas e a gestão de um fundo de apoio à promoção nacional e internacional de empresas e empreendedores de sucesso (PDN 41.1.1.3, 41.1.1) • Facilitar ainda mais as campanhas lideradas pelo sector privado, o intercâmbio de informação entre empresas para o acesso a oportunidades de negócio, com destaque para os sectores que proporcionam a diversificação económica, as feiras de franchising, as feiras comerciais, os empreendedores locais através de sistemas de incentivos, as feiras de carreiras e de informação, e criar e institucionalizar um evento nacional sobre empreendedorismo, de preferência networking com projecção internacional (PDN 17.2.1.8, 26.7.1.1) 	<p>MEP, INAPEM, MINDCOM, AIPEX, Câmara de Comércio e Indústria, incubadoras, aceleradoras, Centro Empretec</p>	<p>Criação de redes e acesso ao mercado</p>


Áreas prioritárias	Lacunas identificadas no processo de consulta	Ações identificadas	Partes interessadas e instituições de apoio	Domínios de intervenção
<p>Aumento da capacidade empreendedora e das competências de gestão nas empresas informais</p>	<ul style="list-style-type: none"> Falta de incentivos e meios para o trânsito ao sector formal, entre outros devido à excessiva carga fiscal no sector formal Elevado nível da informalidade impede o acesso aos canais formais de financiamento 	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecer uma revisão periódica do sector informal em Angola (PDN 40.1.1.17, 40.1.3.1, 40.1.3.2) Conceber regulamentação e criar regimes de apoio que respondam às necessidades de transferência dos empreendedores informais para o sector formal (PDN 40.1.1.1, 40.1.1.8, 40.1.1.6, 40.1.1.12) 	<p>INAPEM, INE, Universidade MEP e INAPEM através de um processo consultivo com o ecossistema empreendedor</p>	<p>Optimização do quadro regulamentar</p>
<p>Aumento do nível de inovação e uso de tecnologias</p>	<ul style="list-style-type: none"> Fraca cobertura de rede para a ligação de equipamentos em áreas remotas Baixo nível de promoção da tecnologia e da inovação no domínio do empreendedorismo Baixo nível de colaboração entre a investigação, as universidades e as empresas Ausência de redes de empresas para ajudar a disseminar as tecnologias e a inovação Ausência de programas de apoio para as startups de alta tecnologia Pouca presença de incubadoras para start-up tecnológicas Comunicação insuficiente entre o sector bancário e o público-alvo sobre os instrumentos financeiros existentes para financiar a inovação Ausência de capital de risco para financiar as startups tecnológicas 	<p><i>Apoiar uma maior difusão da digitalização</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Instalar equipamento para alargar a ligação à Internet a zonas remotas (PDN 27.1.2) Sensibilizar sobre os benefícios da digitalização para os empreendedores e a sociedade (PDN 27.1.2.4) Criar regimes de apoio às plataformas online (PDN 27.1.2.4) <p><i>Promover redes inter-empresas</i></p> <ul style="list-style-type: none"> Criar regulamentação e incentivos que facilitem a disseminação extensa da digitalização no sector privado (PDN 27.1.2.4) Aumentar a capacidade tecnológica das empresas locais através de ligações 	<p>INAPEM, MESCTI, Banco Nacional de Angola, sector financeiro, incubadoras, aceleradoras, universidades, instituições de investigação</p>	<p>Novas tecnologias e inovação</p>

Áreas prioritárias	Lacunas identificadas no processo de consulta	Acções identificadas	Partes interessadas e instituições de apoio	Domínios de intervenção
		<p><i>Estabelecer pontes entre o sector público, o sector privado, as instituições de investigação e as universidades</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Criar uma plataforma/solução de apoio para facilitar as relações entre os actores (PDN 16.1) • Sensibilizar os actores para os possíveis canais de partilha de conhecimentos e tecnologias (PDN 16.1) • Criar uma plataforma de diálogo entre o Governo, as universidades, as instituições de investigação e o sector privado para estimular o chamado triângulo do conhecimento (PDN 16.1.1) <p><i>Apoiar as startups tecnológicas</i></p> <ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver medidas políticas para estimular a criação de mais incubadoras para empresas de alta tecnologia (PDN 17.2.1.1) • Continuar a reforçar os centros tecnológicos, as incubadoras, as aceleradoras e os <i>sand banks</i> com regimes de apoio às startups tecnológicas (PDN 27.1.2.4) • Facilitar startups tecnológicas que comercializem a inovação (PDN 16.1.1.2) 		
		<ul style="list-style-type: none"> • Fazer da investigação científica um elemento fundamental do processo de inovação (PDN 16.1.1) • Fornecer orientação financeira e empresarial para apoiar a inovação (PDN 16.1.1.2) • Aumentar o desenvolvimento de capacidades para a adopção de novas tecnologias pelas pequenas empresas, a fim de as ajudar a crescer (PDN 17.2.1.1) • Aumentar as competências em matéria de desenvolvimento de produtos e serviços no domínio das novas tecnologias através da formação e do reforço das capacidades das startups tecnológicas, como por exemplo o centro Empretec (PDN 16.1.1.2) • Reforçar as capacidades de modernização das operações comerciais (PDN 41.1.2.4) • Estimular a criação de redes entre as startups tecnológicas, a aprendizagem com os seus pares e serviços de consultoria, como o Empretec The Square for Global Goals (PDN 17.2.1.4, 16.1.1.2) 	<p>INAPEM, MESCTI, universidades, programas de formação, centro Empretec</p>	<p>Educação e desenvolvimento de competências, trabalho em rede</p>
		<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver regulamentação para promover o aparecimento de investidores financeiros não bancários para financiar a inovação (PDN 41.2.3.5) • Criar fundos públicos destinados a mitigar a inacessibilidade ao financiamento da inovação e promover fundos autónomos para a inovação (PDN 41.2.2.1, 41.2.2.3) 	<p>INAPEM, MESCTI, Banco Nacional de Angola, sector financeiro, incubadoras, aceleradoras</p>	<p>Acesso ao financiamento</p>

Áreas prioritárias	Lacunas identificadas no processo de consulta	Acções identificadas	Partes interessadas e instituições de apoio	Domínios de intervenção
		<ul style="list-style-type: none"> Promover a criação de um fundo de investigação e desenvolvimento tecnológico e de inovação em Angola (PDN 41.2.2.3) Incentivar a relação entre incubadoras e instituições financeiras para criar sinergias no financiamento do sector de alta tecnologia (PDN 41.2) Ajudar a desenvolver fundos de risco e fundos de garantia para estimular e proteger o investimento e o financiamento em empresas de alta tecnologia (PDN 41.2.3.5, 41.2.3.5, 41.2.2.2) Conceber incentivos fiscais para as empresas de alta tecnologia (PDN 41.3.2) 		
Aumento da participação das MPMEs nas cadeias de valor	<ul style="list-style-type: none"> Baixo valor acrescentado dos produtos destinados à exportação Participação insuficiente nas cadeias de valor Ligações empresariais insuficientes Dificuldades de acesso ao financiamento para participar nas cadeias de valor Programas curriculares no sector da educação pouco adaptados à realidade do empreendedorismo, às tendências empresariais e ao desenvolvimento de competências e à mentalidade empreendedora 	<ul style="list-style-type: none"> Facilitar e promover agrupamentos de indústrias (clusters) (PDN 33.3.1, 36.1.2, 36.1.3, 37.3.1, 37.7.1) Permitir a ligação das empresas locais aos mercados internacionais, por exemplo, através de feiras, franchising e licenciamento (PDN 36.3.1, 36.5.1, 36.5.2, 36.6.1, 38.3.2) Facilitar a promoção das empresas locais situadas nas zonas económicas especiais (ZEEs) e nas suas imediações (PDN 41.3.1, 41.3.1) Facilitar as feiras profissionais e comerciais (PDN 38.3.2.3) 	<p>INAPEM, com contributos dos Ministérios, Câmara de Comércio e Indústria, AIPEX, incubadoras, aceleradoras, centro Empretec</p>	<p>Networking</p>
		<ul style="list-style-type: none"> Promover sectores e empresas com elevado potencial de exportação, nomeadamente através da formação PDN (17.2.1.1, 42.1.2) Facilitar e promover ligações comerciais entre grandes empresas (internacionais) e pequenas empresas para estimular a transferência de conhecimentos, normas industriais Promover seminários sobre a cadeia de valor 	<p>INAPEM, AIPEX, INEFOP, MESCTI, Comissão do Mercado de Capitais, Orange corner, centro Empretec, grandes empresas</p>	<p>Educação e desenvolvimento de competências</p>
		<ul style="list-style-type: none"> Promover e facilitar o financiamento da cadeia de abastecimento (PDN 41.2.4) Promover investimentos em sectores estrategicamente importantes da exportação e da cadeia de abastecimento (PDN 41.3.2, 36.1.4) 	<p>INAPEM, MESCTI, Banco Nacional de Angola, Sector bancário, VCs, Fintechs, incubadoras, aceleradoras</p>	<p>Acesso ao financiamento</p>

Áreas prioritárias	Lacunas identificadas no processo de consulta	Ações identificadas	Partes interessadas e instituições de apoio	Domínios de intervenção
Aumento do número de mulheres e jovens empreendedores	<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem desproporcionada de mulheres desempregadas, especialmente nas zonas urbanas • Elevada percentagem da força de trabalho feminina no sector informal • Elevado nível de desemprego da população jovem e grande procura de empreendedorismo juvenil (informal) • Dificuldade no acesso ao financiamento 	<ul style="list-style-type: none"> • Avaliar os desafios e as necessidades das mulheres e dos jovens para criar uma empresa (PDN 15.4.1.1, 24.2.1) • Elaborar regulamentação que considere as necessidades das mulheres e dos jovens empreendedores (PDN 41.4.1) • Fornecer apoio dirigido sobre a criação de empresas em conformidade com o quadro regulamentar e os regimes de apoio existentes (PDN 24.2.1.2, 24.2.1.4, 41.4.1.3, 15.4.1.1) 	MEP, INAPEM, MASFAMU, MINJUD, INE, universidades	Optimização do quadro regulamentar
		<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver seminários para o reforço das capacidades empreendedoras adaptados às suas necessidades, incluindo sobre ferramentas digitais, por exemplo através do Centro Empretec (PDN 24.2.1.4, 17.2.1.7) • Promover programas de tutoria e aconselhamento, estágios e aprendizagem de profissões (PDN 17.2.1.4, 17.2.1.2) • Promover modelos a seguir e estudos de caso de mulheres e jovens empreendedores (PDN 15.4.1.1, 24.2.1) 	INAPEM, INE, MASFAMU, MINJUD, AIPEX, INEFOP, MESCTI, Comissão do Mercado de Capitais, incubadoras, aceleradoras, centro Empretec, grandes empresas	Educação e desenvolvimento de competências
		<ul style="list-style-type: none"> • Promover a utilização de ferramentas digitais para o empreendedorismo das mulheres e dos jovens PDN (24.2.1.4, 27.1.2.4, 15.4.1.1) • Promover o empreendedorismo entre os jovens e as mulheres e a ligação com as instituições de investigação e as universidades (PDN 24.2.1.3, 12.4.1.7, 15.4.1.1) 	INAPEM, MASFAMU, MINJUD, MESCTI, Banco Nacional de Angola, Sector financeiro, incubadoras, aceleradoras, universidades, instituições de investigação	Novas tecnologias e inovação
		<ul style="list-style-type: none"> • Promover oportunidades de financiamento para o empreendedorismo das mulheres e dos jovens em função das suas necessidades (PDN 24.2.1.1, 24.2.1.2, 24.2.1.5, 24.2.1.7, 17.2.1.5, 15.4.1.1) 	INAPEM, MASFAMU, MINJUD, MESCTI, Banco Nacional de Angola, sector financeiro, incubadoras, aceleradoras	Acesso ao financiamento

Anexo I – Exemplo de indicadores para medir a eficácia das políticas de empreendedorismo

ÁREAS DE INTERVENÇÃO	INDICADORES POSSÍVEIS	O QUE MONITORIZAM
<p>1. Formular a estratégia nacional de empreendedorismo</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de empresas formais criadas anualmente • Taxas de sobrevivência • Percentagem do total de empresas criadas em áreas-alvo como startups de alta tecnologia, empresas na economia verde, empresas sociais ou empresas em sectores-chave de exportação • Percentagem de empresas criadas em grupos-alvo como as mulheres, os jovens, as minorias e as populações rurais • Crescimento do emprego devido às empresas criadas • Receitas geradas e impostos pagos pelas empresas criadas (valores e taxas de crescimento) 	<ul style="list-style-type: none"> • Sucesso dos empreendedores na criação e sobrevivência de empresas • Sucesso na consecução de objectivos específicos para diferentes sectores • Melhoria das oportunidades económicas para os grupos-alvo da população • Impacto económico do empreendedorismo
<p>2. Optimizar o ambiente regulamentar</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Número de procedimentos para abrir uma empresa, número de agências envolvidas • Número de dias, custo para iniciar ou encerrar uma empresa • Número de dias, custo para registar um título de propriedade • Eficácia do mecanismo de resolução de litígios: número de dias entre a apresentação da queixa e a decisão judicial 	<ul style="list-style-type: none"> • Facilidade de criação/ encerramento de uma empresa • Eficácia do sistema judicial
<p>3. Reforçar a educação sobre empreendedorismo e o desenvolvimento de competências</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de escolas secundárias que oferecem programas de empreendedorismo/ actividades extracurriculares • Percentagem de escolas técnicas/profissionais que oferecem programas de empreendedorismo/ actividades extra-curriculares • Número de spin-offs anuais de universidades/ programas de investigação 	<ul style="list-style-type: none"> • Disponibilidade de educação para o empreendedorismo • Sucesso das instituições de ensino superior na investigação relevante para as empresas e na comercialização dos resultados da investigação
<p>4. Facilitar o intercâmbio tecnológico e a inovação</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de diplomados com cursos de ciências/engenharia • Número (e taxas de ocupação) de parques científicos, centros tecnológicos e incubadoras de empresas • Percentagem de startups tecnológicas no total de empresas criadas • Percentagem de startups tecnológicas com financiamento de capital de risco 	<ul style="list-style-type: none"> • Êxito na promoção das carreiras científicas e de engenharia • Disponibilidade e sucesso de instalações para a promoção de startups tecnológicas • Êxito na promoção de startups tecnológicas
<p>5. Melhorar o acesso ao financiamento</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Percentagem de microfinanciamentos/empréstimos a MPMEs sobre o total de empréstimos às empresas • Valor médio das garantias exigidas para os empréstimos às PME (em percentagem do empréstimo) • Total de capital de risco investido nas PME • Cobertura das agências de classificação de crédito (em percentagem da população adulta) 	<ul style="list-style-type: none"> • Desempenho do sector bancário na facilitação de empréstimos a empreendedores • Apoio de investidores privados à criação de empresas • Adequação das infra-estruturas financeiras para a concessão de empréstimos aos empreendedores
<p>6. Promover a sensibilização e o networking</p> 	<ul style="list-style-type: none"> • Resultados de inquéritos de opinião/ atitude e avaliações na sequência de campanhas de sensibilização • Número de associações empresariais dedicadas às mulheres, aos jovens, aos empreendedores rurais, às MPMEs, ... 	<ul style="list-style-type: none"> • Sucesso na promoção de uma atitude social positiva em relação aos empreendedores • Oportunidades de criação de redes para grupos-alvo específicos

Anexo II – Estratégia Nacional de Empreendedorismo

O Quadro de Políticas de Empreendedorismo (QPE) da CNUCED foi utilizado como base para (1) o Mapeamento e a avaliação do ecossistema empreendedor em Angola, (2) as consultas realizadas com os principais actores envolvidos no desenvolvimento do empreendedorismo em 2020 e 2023 e (3) o Relatório sobre o diálogo entre várias partes interessadas para a elaboração da Estratégia Nacional de Empreendedorismo, com objectivo de identificar áreas de incidência para fazer avançar a agenda do empreendedorismo em Angola e permitir que o país melhore o seu ambiente empresarial e seja competitivo no mercado global.

Principais componentes do Quadro de Políticas de Empreendedorismo



Fonte: CNUCED

Optimizar o ambiente regulamentar

O surgimento do espírito empreendedor requer um ambiente que permita ao empresário criar, explorar, gerir e, se necessário, encerrar uma empresa num contexto em que seja garantido o cumprimento do estado de direito que rege os procedimentos de divulgação, licenciamento e registo, bem como a protecção da propriedade física e intelectual. O ambiente regulamentar deve incentivar as pessoas a criarem as suas próprias empresas, a experimentarem novas ideias de negócio e a assumirem riscos calculados, mantendo os encargos administrativos ao mínimo necessário para apoiar as políticas públicas e os objectivos de desenvolvimento sustentável.

Reforçar a educação sobre empreendedorismo e o desenvolvimento de competências

As competências de empreendedorismo centram-se nas atitudes (*soft skills*) como a persistência, o trabalho em rede e a autoconfiança, por um lado, e nas competências técnicas (*hard skills*), por outro, incluindo os conhecimentos básicos de criação de empresas, o planeamento empresarial, a literacia financeira e as competências de gestão. As políticas e programas eficazes de educação para o empreendedorismo centram-se no desenvolvimento destas competências e aptidões empresariais, que são transferíveis e benéficas em muitos contextos de trabalho. O objectivo é não só reforçar a capacidade e o desejo de mais

indivíduos criarem as suas próprias empresas, mas também desenvolver uma cultura empreendedora na sociedade.

Facilitar o intercâmbio tecnológico e a inovação

O empreendedorismo, a tecnologia e a inovação apoiam-se mutuamente. A tecnologia fornece aos empreendedores um conjunto de novas ferramentas para melhorar a eficiência e a produtividade das suas empresas, ou novas plataformas sobre as quais podem construir os seus projectos. Por sua vez, os empreendedores alimentam a inovação tecnológica, desenvolvendo produtos, serviços ou processos novos ou melhorando os existentes e assegurando a sua comercialização. A inovação tecnológica depende do nível de desenvolvimento económico local, da taxa de adopção de tecnologias utilizadas internacionalmente e das capacidades de inovação das empresas locais e instituições de pesquisa, sem esquecer as infra-estruturas do país.

Melhorar o acesso ao financiamento

O acesso inadequado ao financiamento continua a ser um grande obstáculo para muitos aspirantes a empreendedores, especialmente nos países em desenvolvimento. Estudos recentes confirmam que o défice global de financiamento das MPMEs continua a ser enorme. Os empreendedores de todos os tipos e dimensões necessitam de uma variedade de serviços financeiros, incluindo facilidades para efetuar depósitos e pagamentos, bem como para aceder ao crédito, ao capital próprio e às garantias.

Promover a sensibilização e o networking

A atitude geral em relação ao empreendedorismo é um produto dos valores sociais, da tolerância ao risco, do medo do fracasso, da recompensa do êxito, do incentivo à criatividade e à experimentação e do reconhecimento da persistência. A promoção de uma cultura de empreendedorismo que valorize positivamente os empreendedores e o espírito empresarial é um factor determinante para o êxito do enquadramento de uma política nacional de empreendedorismo e é também um factor crucial para ultrapassar a cultura da dependência, quer dos governos ou dos doadores de ajuda.

